

S.O.S MARANHÃO

Companheiros,

Participamos da jornada de lutas dos trabalhadores rurais do Maranhão, nos dias 09 a 13 de maio de 1992 e constatamos a situação crítica, explosiva e urgente em que se encontram os milhares de trabalhadores rurais daquele estado. Por sua vez, consideramos que a luta dos trabalhadores do Maranhão tem, neste momento, uma importância estratégica na luta pela Reforma Agrária em todo o país, razão pela qual decidimos escrever esta carta expondo a realidade que vimos, a avaliação que fazemos e sugerindo algumas ações diante dos fatos.

A situação fundiária e os conflitos pela posse da terra têm se agravado extraordinariamente em todo o Brasil nos últimos anos mas encontram no estado do Maranhão, uma situação peculiar, tanto pela extensão e gravidade que atingiram pelo impasse político e jurídico que se criou, bem como pela possibilidade de explosão incontrolável de violência que representam.

Chama especial atenção o fato de haver (até dia 13/05/92) sobre a mesa do Secretário de Segurança do Estado do Maranhão, 73 liminares de reintegração de posse com pedidos de força policial para despejo de posseiros e ocupantes, o que representa uma ação contra cerca de 15 mil famílias, abrangendo um universo de, no mínimo 80 mil pessoas.

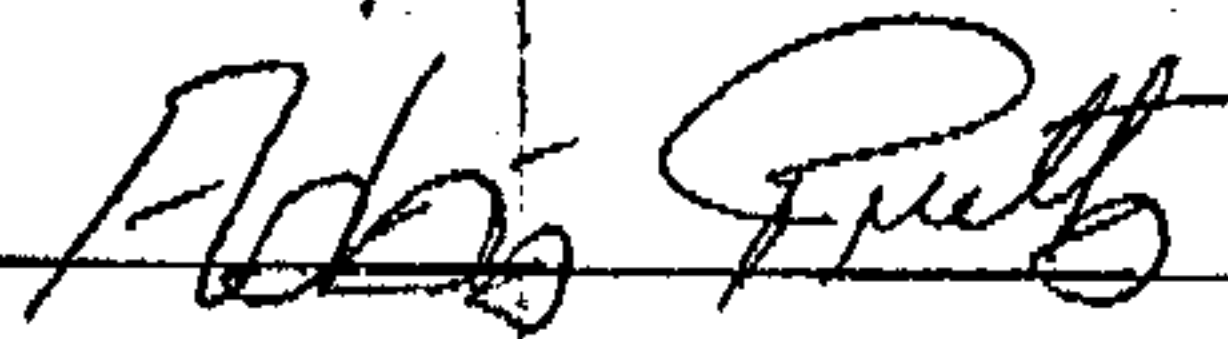
Esta situação cria um impasse de enormes proporções:

- a) O atual aparato legal para resolver os conflitos de terra mostraram-se inócuos, ineficientes, pois o Judiciário usando basicamente o código civil, dá ganho de causa aos grandes proprietários, grileiros, etc. garantindo-lhes a propriedade privada, contra a necessidade de milhares de famílias e, conseqüentemente, criando um clima de terror e violência no campo;
- b) O governo do estado do Maranhão não pode cumprir estas ordens de despejo, simplesmente porque não tem onde colocar 80 mil pessoas;
- c) Os fazendeiros preparam-se mais e mais para fazer os despejos por suas próprias forças, usando pistoleiros e grupos para-militares;
- d) Aos lavradores, sem perspectivas concretas de sobrevivência, não lhes resta outra alternativa do que resistir à violência do latifundiário. E no limite da sobrevivência, corre-se o risco de que resistam à própria força policial;
- e) Houve já várias mortes e tanto a imprensa como qualquer pessoa de bom senso, afirmam que o Maranhão é como um barril de pólvora. Na verdade, a questão agrária no Brasil todo é como um barril de pólvora, mas no Maranhão o estopim está pronto, o fogo muito perto e a quantidade de pólvora muito grande;
- f) Ao mesmo tempo há um esforço do governo do Maranhão, do governo Federal e da imprensa, para esconder a amplitude dos fatos;
- g) O impasse e o conflito entre o Judiciário e Executivo, quanto ao tipo de solução adotada até o momento, está criado, já que o Executivo não tem como executar as ordens judiciais, dado a proporção do problema e o fato de que a própria solução pelo judiciário não atinge a raiz do problema. Por isso esconde-se o problema e instala-se o caos na ordem jurídica.

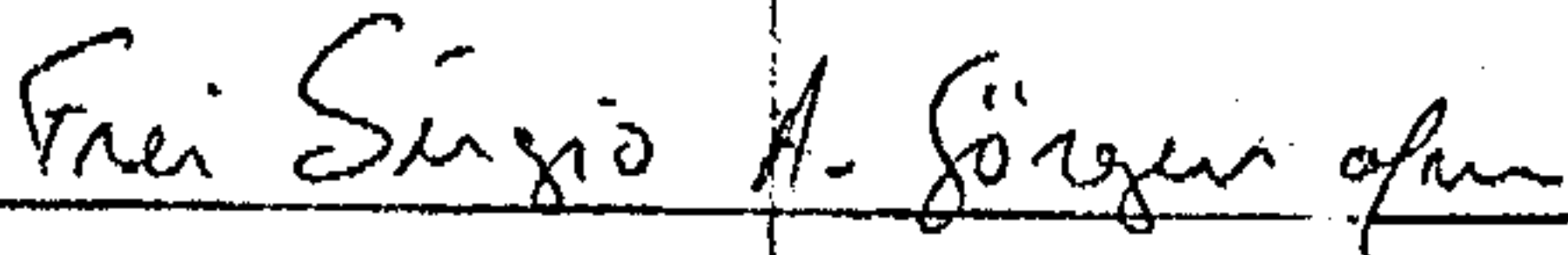
Diante disto, entendemos:

- a) Que o que está acontecendo no Maranhão deve ser amplamente divulgado a nível nacional;
- b) Que haja uma mobilização nacional, em conjunto com as entidades representativas dos trabalhadores do Maranhão, exigindo uma solução em favor dos trabalhadores rurais;
- c) Que deve haver uma pressão nacional sobre o governo do estado, do poder judiciário do Maranhão, e sobre o governo federal para que haja uma solução negociada, política, global e pacífica para os conflitos de terra no Maranhão e no país;
- d) Pressionar o governo federal para implantação imediata da Reforma Agrária;
- e) Pressionar o Congresso Nacional para a imediata regulamentação da Reforma Agrária (arts. 184 e 185 da CF), que tem sido demasiadamente moroso nesta questão.

Brasília, 14 de maio de 1992



ADAO PRETTO - Dep. Federal PT/RS



FREI SÉRGIO GÖRGEN - CPT/RS